



ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Talita Simões Leão e Valdevina Félix da Costa Pereira.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/06/1992
Data de instalação	12/11/1992
Data da última correição	19 de agosto de 2020
Período de correicionado	1º/09/2020 a 31/08/2021

Aos 10 dias do mês de setembro de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 21/2021 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação do Juiz Titular, Paulo Henrique Tavares da Silva, do Juiz Substituto, Marcelo Rodrigo Carniato, do Diretor de Secretaria e demais



servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/09/2020 a 31/08/2021** (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Paulo Henrique Tavares da Silva	23/04/2012 – Ato TRT GP nº 85/2012

Magistrado Substituto Fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Marcelo Rodrigo Carniato	12/05/2021- Ato TRT SCR nº 13/2021

1.2 Servidores lotados na Unidade

A 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alex Carneiro da Cunha Nóbrega	Técnico Judiciário - Secretário de Audiência	12/12/1990
Edivaldo Ferreira Pacheco Filho	Técnico Judiciário - Diretor de Secretaria	23/04/2012
Fernando Guerra Ribeiro	Técnico Judiciário - Assistente III	28/05/2012
Francisco de Assis Meireles da Silva	Técnico Judiciário - Calculista	28/01/1992
Gilson Avellar Dantas	Analista Judiciário	1º/08/2003
Jucieudes Antônio dos Santos	Analista Judiciário - Assistente III	12/12/2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Leopoldino Maia Paiva	Analista Judiciário - Assistente de Diretor	02/11/2016
Maria das Graças Pereira Vilar	Técnico Judiciário - Secretário de Audiências	04/04/1997
Maria Zeneide Fernandes de Queiroga	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	19/04/1993
Newton Roberto Mota	Analista Judiciário - Assistente de Juiz Titular	26/04/2012
Osoisa Queiroga Rosado Maia de Vasconcelos	Técnico Judiciário - Calculista	06/10/2008
Rachel Maria Henriques Ribeiro	Técnico Judiciário - Assistente III	19/04/1993
Sheila Oride Braga de Lucena	Analista Judiciário - Assistente de Juiz Substituto	24/09/2012

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por demanda processual na maioria das vezes, à exceção da Contadoria, que trabalha por faixa processual, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/08/2021, um acervo processual de **3.035** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	985
Fase de Liquidação	87
Fase de execução	1.950
Cartas precatórias e de ordem	13
TOTAL	3.035

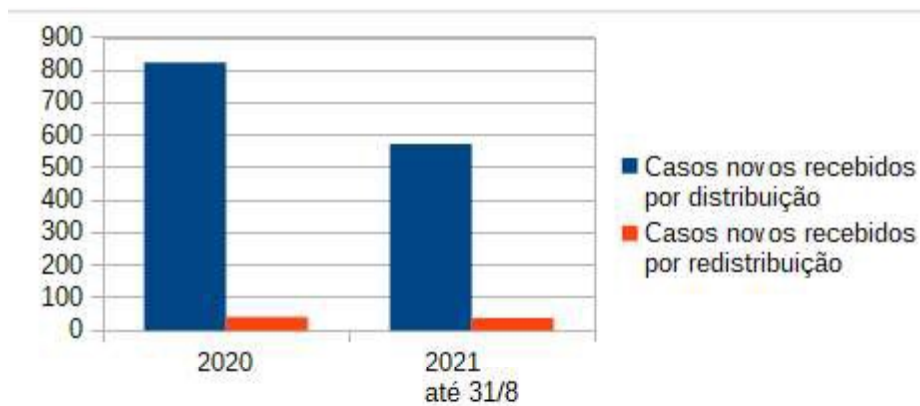
2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	2020	2021 até 31/08
Casos novos recebidos por distribuição	825	574
Casos novos recebidos por redistribuição	42	39
TOTAL	867	613



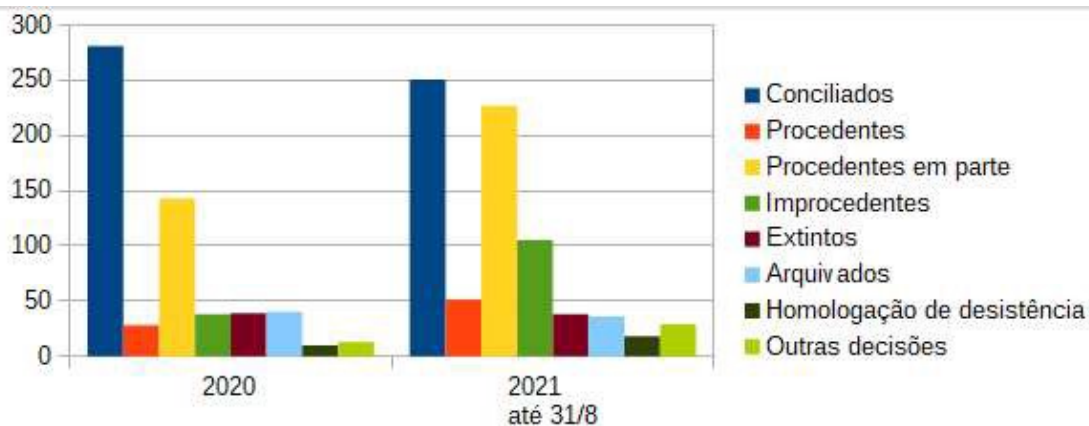
No período correicionado há registro de 2 processos recebidos com sentença reformada pela instância superior (0001024-36.2018.5.13.0005 e 0000279-22.2019.5.13.0005).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (setembro/2020 a agosto/2021):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

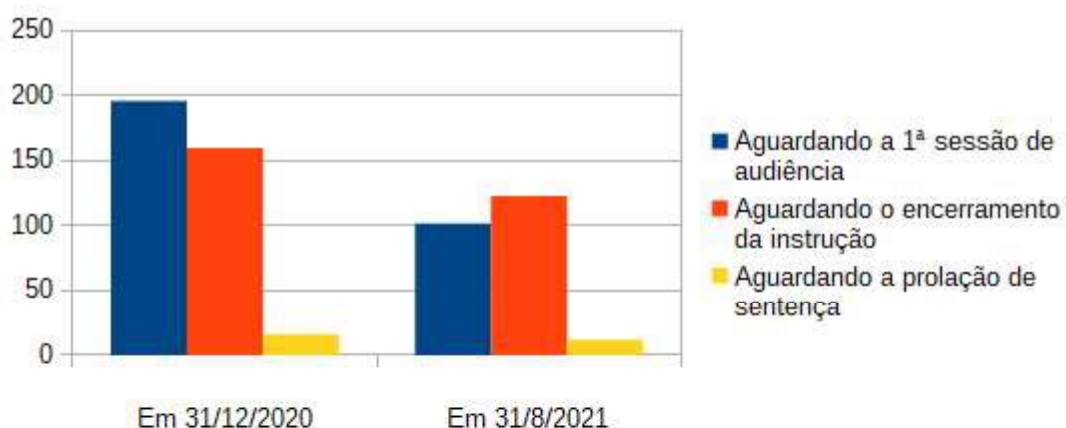
Item	2020	2021 até 31/08
Conciliados	281	251
Procedentes	28	51
Procedentes em parte	143	227
Improcedentes	38	105
Extintos	39	38
Arquivados	40	36
Homologação de desistência	10	18
Outras decisões	13	29
TOTAL	592	755



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2020	Em 31/08/2021
Aguardando a 1ª sessão de audiência	196	102
Aguardando o encerramento da instrução	160	123
Aguardando a prolação de sentença	16	12
TOTAL	372	237





2.4 Pendentes de finalização (Fonte: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 em 31/08	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	1.090	985	-9,63%
Fase de liquidação	107	87	-18,69%
Fase de execução	1.958	1.950	0,41%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	132	290	129	18	155
Conciliação em conhecimento	24	41	45	43	31
Conciliação em Execução	10	20	43	20	14
Una	0	9	0	2	0
Instrução	75	102	128	120	69

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências em todos os dias da semana, reservando as quartas-feiras para realização das audiências presenciais.



3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa

MÊS	1ª VT	2ª VT	3ª VT	4ª VT	5ª VT	6ª VT	7ª VT	8ª VT	9ª VT	10ª VT	11ª VT	12ª VT	13ª VT	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
09/20	61	44	51	88	41	51	83	32	74	102	60	42	64	62,67
10/20	71	41	48	120	86	58	73	34	90	88	49	72	59	66,92
11/20	97	100	122	201	205	83	100	81	82	158	66	94	80	105,33
12/20	88	46	50	84	242	21	76	45	60	75	40	41	46	56
01/21	22	8	34	31	54	11	25	13	27	31	19	14	8	20,25
02/21	115	48	134	62	131	61	79	39	67	85	56	62	54	71,83
03/21	105	66	144	96	173	94	96	60	89	102	63	116	81	92,67
04/21	149	74	196	106	90	101	114	62	81	118	27	78	121	102,25
05/21	129	89	225	117	172	91	113	79	57	126	57	140	136	113,25
06/21	115	114	181	139	105	131	74	77	83	114	138	126	143	119,58
07/21	106	99	145	93	96	57	114	50	93	43	135	142	160	103,08
08/21	113	172	192	132	146	138	70	85	80	104	140	145	173	128,67
TOTAL	1171	901	1522	1269	1541	897	1017	657	883	1146	850	1072	1125	1042,5

O número de audiências da vara correicionada está quase sempre acima da média das demais unidades da Jurisdição, sendo a que mais fez audiências em João Pessoa no período correicionado (09/2020 a 08/2021).

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fontes: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2020	2021 até 31/87
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	34	35
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	68	74
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	67	99
Da conclusão à prolação da sentença	6	7
Do ajuizamento até a prolação da sentença	71	100

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2020	2021 até 31/08
Embargos de declaração	Recebidos	187	241
	Baixados	188	250
	Pendentes	25	16
Tutelas Provisórias	Recebidos	130	127
	Apreciadas	86	94
	Pendentes	27	9
Liquidação /Execução	Recebidos	135	84
	Baixados	104	87
	Pendentes	51	41

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/9/2020 a 31/8/2021			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	339	270	60
Recurso adesivo	29	26	2
Agravo de petição	120	95	13
Total	488	391	75



7 DURAÇÃO DO PROCESSO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2020: 61** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **156** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **92** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/8**, é de **100** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e, de **140** dias, para o rito ordinário, perfazendo uma média de **113** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **71** dias, para o ano base 2020 e de **100** dias, relativo a este ano de **2021, até 31/8**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício 2020, foi de **1.136** dias, e de **631** dias, referente ao exercício atual até o dia **31/8**.

Pontua-se que a Unidade correicionada encontrava-se em 11º lugar da jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano base de 2020. Em 2021, até o mês de agosto, passou para a 5ª colocação. De se registrar que a média das demais unidades de João Pessoa é de 1.221 dias.

8 FASE DE EXECUÇÃO (Fontes: e-Gestão e Hórus)



Item	2020	2021 até 31/8
Execuções pendentes no início do período	2112	1904
Execuções iniciadas	750	304
Desarquivados	149	130
Recebidos de outros Órgãos	237	8
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	511	392
Remetidos a outros Órgãos	435	9
Processos arquivados provisoriamente	222	88
Execuções pendentes ao final do período	1904	1862

Observe-se o gráfico contendo a relação entre número de execuções iniciadas e encerradas, por mês, no período correccionado (setembro/2020 a agosto/2021):



9 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)



VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/8
Acordo	PJe	R\$ 6.974.181,70	R\$ 3.761.510,21
Espontâneo	PJe	R\$ 7.512.819,44	R\$ 854.660,40
Execução	PJe	R\$ 5.963.816,50	R\$ 2.833.386,42
TOTAL		R\$ 20.450.817,64	R\$ 7.449.557,03

VALORES ARRECADADOS (R\$)		
Item	2020	2021 até 31/8
Custas/Emolumentos	R\$ 288.084,85	R\$ 215.018,77
Contribuições previdenciárias	R\$ 3.146.984,84	R\$ 1.442.137,16
Imposto de renda	R\$ 531.957,20	R\$ 93.852,25
TOTAL	R\$ 3.967.026,89	R\$ 1.751.008,18

10 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORRECIONADO 1º/9/2020 a 31/8/2021		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	527
INFOJUD	PJe	129
SIMBA	PJe	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

RENAJUD	PJe	261
BNDT	Pendentes (PJe)	951
	Incluídos (PJe)	284

11 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2020 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,19%
Unidade Correicionada	68,53%

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	103,57%
Unidade Correicionada	128,98%

Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **569** casos novos (por distribuição) e **730** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **128,98%**.

Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos primeiro e segundo graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,06% da Meta 2
	98,49% dos processos distribuídos até 31/12/2018
Unidade Correicionada	107,64% da Meta 2
	99,03% dos processos distribuídos até 31/12/2018



Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	103,59% da Meta 2
	96,34% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	106,28% da Meta 2
	98,84% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 3/2020– Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 39,40% em 2020	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3
	41,36% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	136,47% da Meta 3
	53,69% de índice de conciliação

Meta 3/2021 – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,35%	
Unidades de primeiro grau do TRT	103,47% da Meta 3
	39,84% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	99,6% da Meta 3
	38,35% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%
Unidade Correicionada	132,44%

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Unidades de primeiro grau do TRT	87%
Unidade Correicionada	74,52%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2021-01	35	28	534	955	93,85	97,15	95,94	
2021-02	81	62	502	945	81,23	91,30	87,54	
2021-03	89	59	482	903	70,16	85,84	79,64	
2021-04	96	41	450	890	59,92	82,41	73,18	
2021-05	99	49	423	862	51,40	78,29	66,79	
2021-06	68	39	435	872	48,17	75,83	63,66	
2021-07	102	56	435	866	43,28	72,17	59,00	
2021-08	87	88	422	825	39,11	66,16	53,61	

Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	105,27%
Unidade Correicionada	105,27%

Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	89,23%
Unidade Correicionada	23,22%



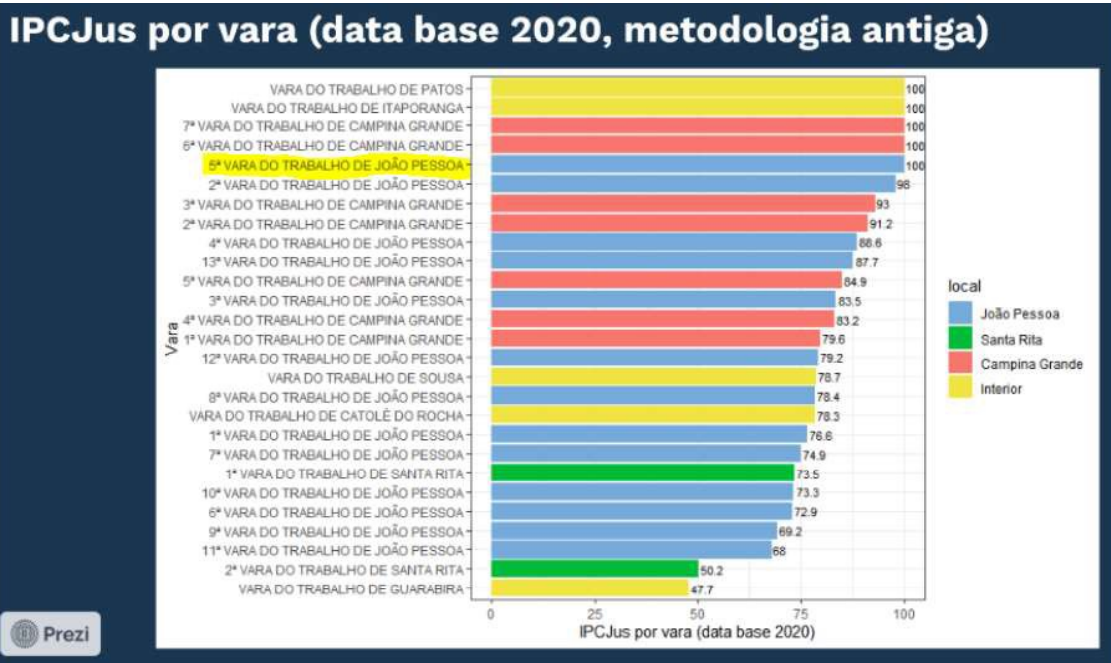
12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, um acréscimo no percentual de 15%:

Comparação entre taxas de baixados 2019/2020			
VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020	Variação 2019 - 2020
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68	39%
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1	0%
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6	34%
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7	29%
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2	-6%
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52,8	2%
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7	3%
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1	-7%
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3	3%
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5	-24%
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6	36%
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1	-14%
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46	-3%
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1	-21%
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1	-6%
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9	15%
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4	4%
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5	-19%
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8	-12%
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7	-4%
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1	-14%
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4	15%
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1	-19%
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4	-16%
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6	-11%
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8	-14%
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21	-27%

Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa atingido o percentual aproximado de 100%.



Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma considerável redução nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento no ano de 2020, e, proporcionalmente, aumento dos baixados no ano de 2021 até julho, enquanto que, na fase de execução, houve aumento de mais de 100% na quantidade de baixados entre 2019 e 2020 e, em 2021, houve grande redução.

Processos baixados	2019	2020	2021 até 31/08
Fase de conhecimento	878	579	660
Fase de execução	559	1.209	414



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.076
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.066
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.062
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.002
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	994
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	965
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	936
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	911
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	903
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	878
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	813
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	408
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	359

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento - até agosto/2021)

Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	697
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	679
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	660
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	603
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	575
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	569
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	561
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	557
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	541
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	530
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	527
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	509
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	434



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/execução)

Vara do Trabalho		
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725	
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725	
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	694	
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584	
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579	
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	559	
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	533	
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	504	
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	468	
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	437	
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	138	
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	79	
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	15	

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

Vara do Trabalho		
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209	
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000	
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767	
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756	
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718	
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608	
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574	
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551	
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455	
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340	
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212	
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140	
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110	

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução - até agosto/2021)

Vara do Trabalho		
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	620	
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	620	
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	609	
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	601	
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	430	
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	414	
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	388	
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	368	
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	279	
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	268	
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	204	
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	200	
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	198	



Deverá a unidade judiciária permanecer intensificando a inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, iniciais, de instrução e conciliatórias, bem assim a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a elevação do índice IPC-Jus.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **254ª colocação**, entre as 1570 varas do país.

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 751 e 1000 (267 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações, conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/07/2020 a 30/06/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	8º	7º	2º	13º
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	8º	2º	148º	1º	2º
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	2º	115º	5º	3º	8º
13ª Região - PB - 5ª Vara de João Pessoa	48º	109º	12º	205º	46º	28º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	47,37	37,41	800,59
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	24,33	40,33	240,33
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	102,79	7,4	1.695,15
13ª Região - PB - 5ª Vara de João Pessoa	48º	78,25	123,33	601,39

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	936	101	8
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	893	1.053	11
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	427	1.737	7
13ª Região - PB - 5ª Vara de João Pessoa	48º	852	1.100	13

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano, finalizados nos meses de setembro e dezembro/2020, março e junho/2021, estando a 5ª Vara do Trabalho de João



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 09/09/2021):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 2020	1.013º	1.174º	574º	1.256º	761º	1.227º
dezembro 2020	691º	1.141º	353º	1.231º	356º	377º
março 2021	231º	419º	77º	1.066º	208º	206º
junho 2021	254º	410º	52º	1.124º	252º	283º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país:

Vara	Colocação no IGEST
13ª	103ª
10ª	180ª
12ª	199ª
5ª	254ª
3ª	355ª
9ª	500ª
11ª	523ª
4ª	541ª
7ª	547ª



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1ª	588ª
6ª	635ª
8ª	671ª
2ª	855ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a agosto de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
100,3 dias	196,3 dias
Início ao encerramento da liquidação	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
100,2 dias	205,7 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
533,3 dias	987,7 dias
Início à extinção da execução - ente público	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
946,1 dias	796,8 dias



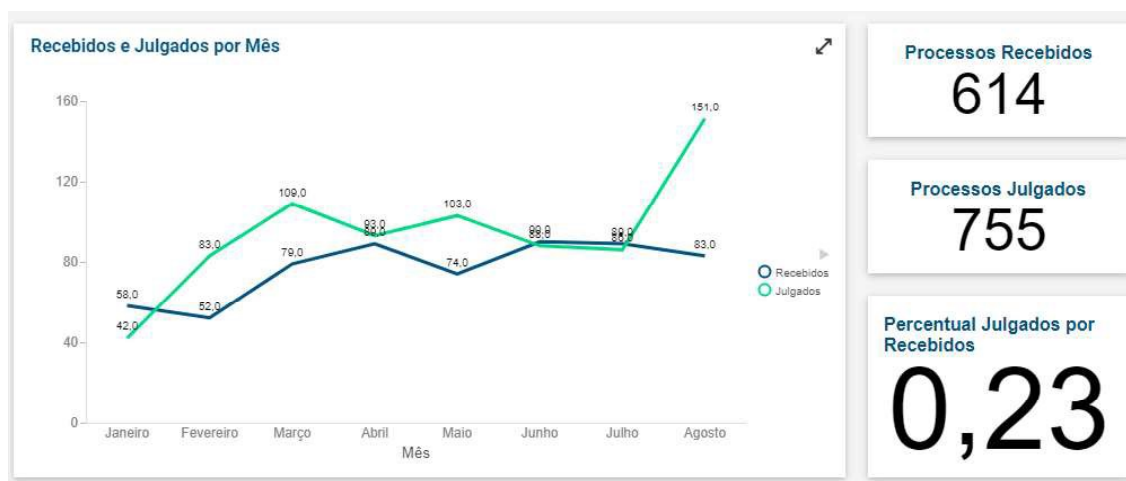
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
738,8 dias	1.042 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a agosto de 2021, o Portal e-Gestão, em consulta realizada no dia 09/09/2021, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
23%	-1,1%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



JUÍZES

13 AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO – JUIZ TITULAR (Fonte: SUAP)



Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 6963/2020	7/1/2021 a 26/1/2021	20
Férias	Protocolo TRT nº 6963/2020	1º/7/2021 a 20/7/2021	20

AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO – JUIZ SUBSTITUTO (Fonte: SUAP)

Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 6963/2020	4/3/2021 a 23/3/2021	20
Férias	Proad 21704/2021	14/6/2021 a 3/7/2021	20
Licença para tratamento de saúde	Proad 19267/2021	10/2/2021 a 12/2/2021	3

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face dos Magistrados titular e substituto, bem como dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/9/2020 a 31/8/2021) (Fonte: e-Gestão)

Magistrado	Una	Instrução	Inicial	Encerra- mento de instrução	Conciliação Conheci- mento	Conciliação Execução	Total
Marcelo Rodrigo Carniato	-	62	93	4	7	9	175
Francisco de Assis Barbosa Junior	-	135	280	-	55	19	489
Paulo Henrique Tavares da Silva	4	237	304	-	121	33	699
Karolyne Cabral Maroja Limeira	-	3	-	-	-	-	3



13.3 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Adriana Sette da Rocha	-	1	-	1
Paulo Henrique Tavares da Silva	133	67	52	252
Marcelo Rodrigo Carniato	24	16	10	50
Francisco de Assis Barbosa Junior	79	57	16	152
Jose de Oliveira Costa Filho	1	-	-	1
Jose Guilherme Marques Junior	2	3	-	5
Andre Machado Cavalcanti	-	1	-	1

14 PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Precedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Francisco de Assis Barbosa Junior	145	25	62	35	1	27	9	10	314
Jose Guilherme Marques Junior	1	-	-	-	-	-	9	1	11
Karolyne Cabral Maroja Limeira	2	-	-	1	-	-	-	-	3
Marcelo Rodrigo Carniato	46	16	18	20	3	2	-	9	114
Paulo Henrique Tavares da Silva	224	16	173	36	1	29	29	29	537



No período correicionado, o(a) Juiz titular laborou 294 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,83 processo/dia. O Juiz substituto laborou 53 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,15 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1. Processos sentenciados por classe processual

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	596
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	266
Homologação da Transação Extrajudicial	161
Embargos de Terceiro Cível	39
Consignação em Pagamento	27
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	15
Ação de Cumprimento	12
Produção Antecipada da Prova	5
Alvará Judicial - Lei 6858/80	4
Ação Civil Pública Cível	3
Ação Civil Coletiva	2
Tutela Antecipada Antecedente	2
Interdito Proibitório	1
Mandado de Segurança Cível	1
Tutela Cautelar Antecedente	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: e-Gestão)

Magistrado	Sentenças Líquidas	%
Paulo Henrique Tavares da Silva	171	90,48%



Francisco de Assis Barbosa Junior	52	59,77%
Marcelo Rodrigo Carniato	25	73,53%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Francisco de Assis Barbosa Junior	307
Jose Guilherme Marques Junior	10
Karolyne Cabral Maroja Limeira	3
Marcelo Rodrigo Carniato	178
Paulo Henrique Tavares da Silva	619

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 7 dias

Magistrado	Dias
Francisco de Assis Barbosa Junior	13
Jose Guilherme Marques Junior	5
Karolyne Cabral Maroja Limeira	5
Marcelo Rodrigo Carniato	11
Paulo Henrique Tavares da Silva	3

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 09/07/2021, destacando o magistrado titular a importância no esforço de toda equipe na inclusão de processos em pauta como fator principal para o bom tempo médio na fase de conhecimento, bem



como as providências para análise das execuções com a finalidade de identificar aquelas frustradas para sobrestamento.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, até 31/08/2021, os seguintes pagamentos:

Devolução ao reclamado - conta existente	R\$ 287.134,84
Pagamento ao reclamante - conta existente	R\$ 28.299,45
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 24.750,99
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 2.255,80
TOTAL	R\$ 342.441,08

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0130804-80.2015.5.13.0022, 0000459-43.2016.5.13.0005, 0000150-34.2017.5.13.0022, 0130109-80.2015.5.13.0005.



O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 50 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 38 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foram registradas na Ouvidoria, nos últimos seis meses, 14 ocorrências entre pedidos de informações e reclamações, predominantemente tratando de demora no cumprimento de determinações judiciais, todas respondidas e solucionadas.

20. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes



- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo nos processos 0130804-80.2015.5.13.0022, 0000459-43.2016.5.13.0005;
- e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT).
- f) determinar a remessa dos autos ao arquivo provisório quando exauridas as tentativas de satisfação da dívida sem manifestação do exequente (art. 117 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- g) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o



prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

h) revisitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

i) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

j) nos casos de processos com quantia habilitada em processos pilotos de execução reunida, determinar o sobrestamento do feito por reunião da execução, acrescentando ao complemento o número do processo, evitando-se que permaneçam em situações diversas, em prejuízo ao tempo médio na fase de execução, a exemplo dos processos 0000121-35.2017.5.13.0005 e 000634-66.2018.5.13.0005.

Ao Diretor de Secretaria

a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) orientar a equipe a dispensar maior atenção quando do cumprimento das determinações de alteração/exclusão da parte executada no BNDT;

d) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos dos processos na tarefa arquivo provisório, a fim de que sejam oportunamente impulsionados;



- e) revisar a tarefa cumprimento de providências com periodicidade, e orientar a equipe a utilizar o Gigs para organização dos prazos, verificando-se eventuais pendências no cumprimento de despachos, a fim de evitar o ocorrido, por exemplo, no processo 0000204-17.2018.5.13.0005, sem qualquer notícia acerca de remessa dos autos, como determinado no despacho;
- f) orientar a equipe a não inserir nos expedientes prazos longos decorrentes de despachos que determinaram sobrestamento/arquivamento provisório, evitando-se que permaneçam na tarefa “aguardando término de prazo”, com impacto no tempo médio na fase de execução.

Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando o ocorrido nos processos 0000011-31.2020.5.13.0005, 0001130-66.2016.5.13.0005, por exemplo;
- b) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000728-14.2018.5.13.0005, 0130146-10.2015.5.13.0005, 0001491-83.2016.5.13.0005, 0000491-77.2018.5.13.0005, 0000833-25.2017.5.13.0005, 0000130-94.2017.5.13.0005, 0000437-73.2017.5.13.0029;



- d) proceder ao acompanhamento dos processos remetidos ao arquivo provisório por meio da ferramenta Gigs;
- e) proceder ao acompanhamento das cartas precatórias por meio de pesquisas eletrônicas, evitando-se que permaneçam paralisados indevidamente, a exemplo do processo 0000349-10.2017.5.13.0005, com despacho de fevereiro de 2018 determinando a devolução sem cumprimento;
- f) evitar a inclusão de prazos longos nos expedientes, decorrentes de despachos que determinaram sobrestamento/arquivamento provisório, evitando-se que permaneçam na tarefa “aguardando término de prazo”, com impacto no tempo médio na fase de execução, bem como que, tomadas outras providências pela parte exequente, o processo continue na referida tarefa em virtude de prazos anteriores abertos.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Corregedoria Regional ressalta que a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa permanece funcionando em plena regularidade, sempre buscando a otimização de rotinas procedimentais, a fim de acelerar a prestação jurisdicional e alcançar os objetivos de fundamental importância estratégica para o Regional, o que é claramente evidenciado pelo cumprimento parcial das Metas 1/2021 (**128,98%**) e 2/2021 (**106,28%**) do CNJ, esta última também atingida em 2020 (**107,64%**).

O Corregedor destaca, com satisfação, o bom índice de conciliação (**38,35%**), que se encontra bastante próximo à meta do Regional (**38,5%**) para este ano de 2021, o que reflete na iminência do cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando o percentual de **99,6%**, alcançada no exercício de 2020 (**136,47%**), pelo que parabeniza a equipe e recomenda a manutenção do desempenho até o final deste exercício.



De igual modo, reconhece o esforço da Unidade na redução no tempo médio de duração do processo, na fase de conhecimento, fruto do intenso trabalho realizado pelo incremento da pauta, bem como nos julgamentos observando curto espaço de tempo entre a conclusão e a sentença. O comparativo dos processos baixados entre os anos de 2019 e 2021 demonstra o excelente trabalho desempenhado.

No que se refere à fase de execução, atribui-se a grande redução do tempo médio no ano de 2021 à redução da quantidade de processos baixados - 1.209 processos no ano de 2020 e 404 até 31/08/2021, ressaltando-se a necessidade de acompanhamento dos processos da referida fase a fim de evitar que permaneçam paralisados aguardando realização de pesquisas eletrônicas ou, até, um simples arquivamento, como identificado por meio dos processos analisados.

Recomenda-se, também, que a unidade judiciária intensifique a utilização das ferramentas eletrônicas e a inclusão em pautas de conciliação, como pontuado na Recomendação TRT13 SCR 03/2021.

Registra o Corregedor que a Meta 5/2021 vem alcançando o percentual **74,52%** e apresentando uma redução significativa das taxas de congestionamento nas fases de conhecimento – de **93,85%** em janeiro para **39,11%** em agosto – e de execução – de **97,15%** em janeiro para **66,16%** em agosto – o que demonstra o comprometimento da unidade correicionada em relação aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, motivo pelo qual recomenda à equipe que envide esforços para o atingimento da referida meta até o final deste exercício, cujo índice almejado pelo Regional é de **26,40%** na fase de conhecimento e de **65,12%**, na fase de execução.



Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que reconhece a dedicação e o comprometimento da equipe em fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA
ANDRADE:101344484

Assinado de forma digital por THIAGO DE OLIVEIRA
ANDRADE:101344484
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS,
ou=Cert-UIS Institucional - AS, ou=17334115000115,
ou=VideoConferencia, ou=Tribunal Regional do Trabalho da 13 Região-
TRT13, ou=Magistrado, cn=THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE:101344484
Dados: 2021.09.22 09:23:13 -03'00'

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

VISTOS

0000728-14.2018.5.13.0005	0000549-46.2019.5.13.0005	0000088-40.2020.5.13.0005
0000641-93.2020.5.13.0003	0001491-83.2016.5.13.0005	0000491-77.2018.5.13.0005
0000366-12.2018.5.13.0005	0000683-39.2020.5.13.0005	0000263-34.2020.5.13.0005
0000127-03.2021.5.13.0005	0000189-43.2021.5.13.0005	0130257-91.2015.5.13.0005

DESPACHOS CORREICIONAIS

0150600-79.2013.5.13.0005	0000121-35.2017.5.13.0005	0131641-89.2015.5.13.0005
0000349-10.2017.5.13.0005	0131449-59.2015.5.13.0005	0000837-96.2016.5.13.0005
0000204-17.2018.5.13.0005	0000657-12.2018.5.13.0005	0131496-30.2015.5.13.0006
0000938-94.2020.5.13.0005	0078200-38.2011.5.13.0005	0001588-49.2017.5.13.0005
0000423-64.2017.5.13.0005	0130146-10.2015.5.13.0005	0000011-31.2020.5.13.0005
0000861-22.2019.5.13.0005	0000290-22.2017.5.13.0005	0130974-06.2015.5.13.0005
0001130-66.2016.5.13.0005	0000029-23.2018.5.13.0005	0000470-33.2020.5.13.0005
0000268-56.2020.5.13.0005	0000833-25.2017.5.13.0005	0000087-60.2017.5.13.0005
0000130-94.2017.5.13.0005	0001049-20.2016.5.13.0005	0000702-16.2018.5.13.0005
0157400-26.2013.5.13.0005	0130941-62.2015.5.13.0022	0000216-65.2017.5.13.0005
0000618-15.2018.5.13.0005	0001088-80.2017.5.13.0005	0064900-14.2008.5.13.0005
0001267-14.2017.5.13.0005	0000437-73.2017.5.13.0029	0000402-20.2019.5.13.0005
000634-66.2018.5.13.0005	0057600-30.2010.5.13.0005	